

Alexandre Reis de **Carvalho**
Amauri da Fonseca **Costa**



COORDENAÇÃO

Renee do Ó **Souza**

Direito Processual Penal Militar

2ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA
E REFORMULADA



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 23.08.2022
- Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN a partir da 2ª edição.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

C321d
2. ed.

Carvalho, Alexandre Reis de
Direito processual penal militar / Alexandre Reis de Carvalho, Amauri da Fonseca Costa; coordenação Renee do Ó Souza. – 2. ed. rev., atual. e reform. – Rio de Janeiro: Método, 2022.
392 p.; 21 cm. (Método essencial)

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-606-7

1. Direito militar – Brasil. 2. Justiça militar – Brasil. 3. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Costa, Amauri da Fonseca. II. Souza, Renee do Ó. III. Título. IV. Série.

22-78661

CDU: 344.1(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

Sumário

Capítulo 1

Lei Processual Penal Militar: princípios estruturantes e sua aplicação.....	1
1.1 Força normativa dos princípios.....	1
1.2 Do devido processo legal.....	3
1.3 Do juiz natural.....	4
1.4 Da investidura.....	5
1.5 Da indeclinabilidade ou inafastabilidade da prestação jurisdicional	6
1.6 Da indelegabilidade da jurisdição.....	7
1.7 Da improrrogabilidade ou aderência	7
1.8 Da presunção da inocência.....	7
1.9 Do contraditório e da ampla defesa	11
1.10 Da oralidade	12
1.11 Da verdade real ou material.....	13
1.12 Da publicidade	15
1.13 Da obrigatoriedade.....	18
1.14 Da oficialidade	18
1.15 Da indisponibilidade.....	19
1.16 Da iniciativa das partes e do impulso oficial.....	20
1.17 Da inadmissibilidade de provas ilícitas	20
1.18 Da razoável duração do processo	22
1.19 Princípios específicos do Processo Penal Militar.....	23
1.19.1 Da prevalência da índole do Processo Penal Militar..	24
1.19.2 Das prerrogativas do posto ou graduação do réu.....	26
1.19.3 Do juízo hierárquico.....	27
1.20 Da aplicação da Lei Processual Penal Militar.....	29

Capítulo 2

Da Polícia Judiciária Militar e inquérito policial militar...	35
2.1 Da Polícia Judiciária Militar.....	35

2.1.1	Possibilidade de delegação e avocação investigatória..	38
2.2	Inquérito policial militar (IPM).....	40
2.2.1	Hipóteses de instauração de IPM.....	41
2.2.2	Características e prazos do IPM.....	46
2.2.2.1	Formal e escrito	46
2.2.2.2	Sigiloso	47
2.2.2.3	Indisponibilidade e obrigatoriedade.....	48
2.2.2.4	Inquisitório	48
2.2.3	Indiciamento.....	53
2.2.4	Incomunicabilidade do indiciado	54
2.2.5	Prazos do IPM	55
2.2.6	Remessa dos autos de IPM à Justiça Militar e ao Ministério Público Militar	58
2.2.7	Acordo de não persecução penal, nos feitos de origem judicial e extrajudicial	61

Capítulo 3

Da ação penal militar e do seu exercício.....	71	
3.1	Considerações gerais	71
3.2	Denúncia.....	73
3.2.1	Requisitos da denúncia	74
3.2.2	Designação do órgão judicial competente	74
3.2.3	Qualificação do acusado.....	78
3.2.4	Tempo e lugar do crime.....	78
3.2.5	Qualificação do ofendido e a designação da pessoa jurídica ou instituição prejudicada ou atingida, sempre que possível.....	79
3.2.6	Exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias	79
3.2.7	Razões de convicção ou presunção da “delinquência”... ..	82
3.2.8	Classificação do crime.....	83
3.2.9	Rol de testemunhas	84
3.2.10	Pedido de condenação	85
3.2.11	Prazo para oferecimento da denúncia.....	85
3.2.12	Requisição de informações do MPM no curso do processo	86
3.2.13	Rejeição da denúncia.....	87
3.2.13.1	Ausência dos requisitos expressos do art. 77 do CPPM	88
3.2.13.2	O fato não constitui crime.....	88

3.2.13.3	Extinção da punibilidade.....	89
3.2.13.4	Incompetência do juiz e ilegitimidade do acusador.....	90
3.3	Ação civil <i>ex delicto</i>	92

Capítulo 4

Do Processo Penal Militar	95	
4.1	Do processo	95
4.2	Casos de suspensão do Processo Penal Militar	96
4.2.1	Conflito positivo de competência.....	96
4.2.2	Questões prejudiciais (arts. 122 a 127).....	97
4.2.3	Suspeição ou impedimento (arts. 129 a 142)	97
4.2.4	Litispendência (arts. 148 a 152).....	98
4.2.5	Incidente de insanidade mental (arts. 156 e 162).....	98
4.2.6	Incidente de falsidade de documento (arts. 163 a 169)	99
4.3	Caso de extinção do Processo Penal Militar.....	100
4.3.1	Reconhecimento das causas de extinção da punibilidade.....	100
4.3.2	Reconhecimento da coisa julgada (art. 153).....	100
4.4	Jurisdição e competência da Justiça Militar.....	100
4.4.1	Competência em razão da matéria.....	101
4.4.2	Competência em razão da pessoa.....	102
4.4.3	Competência em razão do lugar	103
4.5	Justiça Militar	103
4.5.1	Justiça Militar Estadual	105
4.5.2	Justiça Militar da União.....	108
4.5.2.1	Órgãos da Justiça Militar da União, após a Lei nº 13.774/2018.....	111
4.5.2.1.1	Superior Tribunal Militar	111
4.5.2.1.2	Corregedoria da JMU.....	112
4.5.2.1.3	Auditorias Militares	113
4.5.2.1.4	Conselhos de Justiça	114
4.5.2.1.5	Conselho Especial de Justiça (CEJ).....	116
4.5.2.1.6	Conselho Permanente de Justiça (CPJ)	117
4.5.2.1.7	Juiz Federal (substituto) da Justiça Militar: competência monocrática.....	118
4.6	Da competência do foro militar	121
4.6.1	Do lugar da infração (arts. 88 a 92).....	122

4.6.1.1	A bordo de navio ou embarcação militarmente ocupada (art. 89).....	124
4.6.1.2	A bordo de aeronave (art. 90).....	127
4.6.1.3	Crimes fora do território nacional (art. 91).....	128
4.6.1.4	Crimes praticados em parte no território nacional (art. 92).....	128
4.6.2	Residência ou domicílio do réu (art. 93).....	131
4.6.3	Prevenção (arts. 94 e 95).....	131
4.6.4	Sede do lugar de serviço (art. 96).....	132
4.6.5	Distribuição (art. 98).....	133
4.6.6	Regras de modificação da competência em geral (arts. 87 e 99 a 110).....	134
4.6.7	Conexão.....	135
4.6.7.1	Conexão intersubjetiva.....	136
4.6.7.2	Conexão objetiva.....	137
4.6.7.3	Conexão instrumental ou probatória.....	138
4.6.8	Continência.....	138
4.6.8.1	Continência subjetiva (art. 100, alínea a, do CPPM).....	139
4.6.8.2	Continência objetiva (art. 100, alínea b, do CPPM).....	139
4.6.9	Regras para determinação de competência em caso de conexão e continência.....	139
4.6.9.1	Concurso entre a jurisdição especializada e a cumulativa (arts. 97 e 101, inc. I).....	140
4.6.9.2	Concurso de jurisdições cumulativas ou mistas (art. 101, inc. II).....	140
4.6.10	Separação de processos e julgamento (arts. 105 e 106).....	141
4.6.11	Avocação de processo (art. 107).....	143
4.6.12	Competência em razão do posto e da função (art. 108).....	144
4.6.13	Desaforamento (art. 109).....	148

Capítulo 5

Conflito de competência, questões prejudiciais e incidentes.....	151
5.1 Dos conflitos de competências (arts. 111 a 121).....	151
5.2 Questões prejudiciais.....	155
5.3 Dos incidentes (arts. 128 a 169).....	157

5.3.1	Exceções em geral (art. 128).....	157
5.3.2	Exceção de impedimento ou suspeição (arts. 129 a 142)	158
5.3.3	Exceção de incompetência (arts. 143 a 147)	159
5.3.4	Exceção de litispendência (arts. 148 a 152).....	161
5.3.5	Exceção de coisa julgada	161
5.3.6	Incidente de insanidade mental	163
5.3.7	Incidente de falsidade de documento (arts. 163 a 169 do CPPM).....	164

Capítulo 6

Prisão, liberdade provisória e menagem	165	
6.1	Considerações gerais sobre a prisão.....	165
6.2	Prisão disciplinar (somente nas Forças Armadas)	170
6.3	Prisão em flagrante delito	174
6.3.1	Espécies de flagrante delito	178
6.3.2	Providências decorrentes	181
6.4	Prisão por crime propriamente militar.....	183
6.4.1	Requisitos necessários à decretação da prisão por crime propriamente militar.....	184
6.4.2	Providências decorrentes	189
6.5	Prisão preventiva (arts. 254 a 261).....	190
6.6	Menagem (arts. 263 a 269).....	202
6.7	Liberdade provisória.....	208

Capítulo 7

Atos de comunicação processual.....	215	
7.1	Intimação e notificação (art. 288).....	215
7.2	Citação.....	216
7.2.1	Formas de citação	217
7.2.1.1	Citação mediante mandado	218
7.2.1.2	Citação mediante requisição.....	219
7.2.1.3	Citação mediante carta precatória.....	219
7.2.1.4	Citação mediante carta citatória	220
7.2.1.5	Citação mediante edital	220
7.3	A não aplicabilidade da regra do art. 366 do CPP	223

Capítulo 8

Atos probatórios.....	225
8.1 Conceito.....	225
8.2 Considerações gerais (arts. 294 e 295).....	226
8.3 Distinção entre elementos informativos e provas.....	227
8.4 Inadmissibilidade de provas ilícitas.....	229
8.5 Interrogatório (arts. 302 a 306).....	229
8.6 Confissão.....	234
8.7 Perguntas ao ofendido.....	234
8.8 Perícias e exames (arts. 314 a 346).....	237
8.9 Testemunhas (arts. 347 a 364).....	240
8.10 Acareação.....	243
8.11 Reconhecimento de pessoa e de coisa.....	244
8.12 Documentos.....	244

Capítulo 9

Procedimento ordinário.....	247
9.1 Procedimento ordinário no Processo Penal Militar.....	247
9.2 Disposições gerais.....	249
9.3 Início do procedimento ordinário.....	254
9.4 Instalação do Conselho de Justiça.....	255
9.5 Testemunhas arroladas pelo Ministério Público.....	255
9.6 Testemunhas de defesa.....	257
9.7 Interrogatório.....	258
9.8 Diligências.....	259
9.9 Alegações escritas (finais).....	260
9.10 Saneamento do processo.....	261
9.11 Da sessão do julgamento e da sentença.....	261
9.11.1 Da sustentação oral.....	262
9.11.2 Do julgamento.....	265
9.11.3 Da decisão absolutória.....	266
9.11.4 Da decisão condenatória.....	268
9.11.5 Da <i>emendatio libelli</i> e <i>mutatio libelli</i> no Processo Penal Militar.....	270
9.12 Da sentença.....	273
9.12.1 Requisitos da sentença.....	275

Capítulo 10

Procedimento especial do crime de deserção	279
10.1 Considerações gerais – crimes de deserção	279
10.2 Processo de deserção de oficial (arts. 454 e 455)	283
10.3 Processo de deserção de praça (com ou sem estabilidade)	286
10.3.1 Agregação, licenciamento, reversão e reinclusão	287

Capítulo 11

Procedimento especial do crime de insubmissão	291
11.1 Processo de crime de insubmissão	291

Capítulo 12

Processo de competência originária do STM	297
12.1 Fase processual	297
12.2 Fase pré-processual	298

Capítulo 13

Nulidades	301
13.1 Conceito	301
13.2 Natureza e espécies	302

Capítulo 14

Recursos	309
14.1 Conceito	309
14.2 Características dos recursos	309
14.3 Princípios	310
14.4 Requisitos	312
14.4.1 Requisitos objetivos	312
14.4.2 Requisitos subjetivos	313
14.5 Efeitos dos recursos	316
14.6 Recursos em espécie	316
14.6.1 Recurso em sentido estrito (art. 516)	317
14.6.2 Recurso de apelação	320

14.6.3 Embargos (art. 538).....	322
14.6.4 Agravo interno (ou regimental).....	325
14.6.5 Recurso inominado	326
14.6.6 Recurso de ofício.....	327
14.6.7 Correição parcial.....	328
14.7 Habeas corpus (arts. 466 a 480)	331
14.8 Revisão criminal (arts. 550 a 562)	334
14.9 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).....	336
14.10 Reclamação.....	340
14.11 Recursos para o STF	340

Capítulo 15

Justiça Militar em tempo de guerra	345
15.1 Justiça Militar em tempo de guerra	345
15.2 Órgãos da Justiça Militar em tempo de guerra	347
15.2.1 STM	347
15.2.2 Conselho Superior de Justiça Militar - CSJM.....	348
15.2.3 Conselhos de Justiça Militar	348
15.2.4 Juiz Federal da Justiça Militar.....	350
15.3 Procedimento (arts. 675 a 693)	350
15.3.1 IPM e APF	351
15.3.2 Oferecimento, recebimento e rejeição da denúncia ...	351
15.3.3 Instrução processual	352
15.4 Processo e julgamento de desertores	356
15.5 Recursos.....	357
15.6 Execução da pena de morte	358
Referências	361